

Novembro de 2000

BATALHA PELO SIMPLES



**Fenacon mobiliza
deputados e empresários
na defesa do regime Simples
de tributação para
prestadoras de serviços.**

**Evento em Brasília conscientiza
parlamentares de que o Simples
é muito mais positivo para o
Governo do que este imagina**

Enesc 2000

Espírito Santo recebe
empresários contábeis
da região Sudeste

Contribuição Sindical

Fique atento para o
correto enquadramento
sindical. Confira, nesta
edição, a tabela
de categorias

Eleições no sistema Fenacon/Sescons

Eleitas novas diretorias
para Fenacon e
Sindicatos filiados

**Fenacon na Internet
www.fenacon.org.br**

Anúncio Federal Malotes



FENACon

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937
(11) 3082.2218
(11) 3088-8056
(11) 3088-5774

A Revista Fenacon é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 50 mil exemplares

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges.
Produção Editorial: JV & BST Comunicação - Telefax (011) 3061.1884. R. Cristiano Viana, 561 - 1º andar - 05411.000 - São Paulo - SP
Repórter Especial: André Luiz de Andrade
Diagramação: Marcelo A. Ventura

Conselho Editorial: Eliel Soares de Paula, Annibal de Freitas, Helio Cesar Donin, Pedro Coelho Neto, Carlos Kinás Sobrinho, Luiz Antônio Schmidt Travaína e Euclides Locatelli.

Diretoria da Fenacon

Presidente: Eliel Soares de Paula;
Vice-Presidente - Região Sudeste:
Annibal de Freitas;
Vice-Presidente - Região Nordeste:
Pedro Coelho Neto;
Vice-Presidente - Região Sul:
Carlos Kinás Sobrinho;
Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte:
Luiz Antônio Schmidt Travaína;
1º Diretor Financeiro: Moacir Corso;
2º Diretor Financeiro: Gerivaldo Pereira Silva;
1º Diretor Administrativo: Helio Cesar Donin;
2º Diretor Administrativo: Euclides Locatelli;
Diretor de Relações Interentidades:
José Antônio de Godoy.

Suplentes

Izabel Rodrigues Lipke; Jodoval Luiz dos Santos; Moisés Antônio Bortolotto; José Geraldo Lins de Queiroz; Horizon Donizett Faria de Almeida; Aguinaldo Mocelin; Mauro Gonçalves Cardoso.

Conselho Fiscal

Iracélia Perez; José Rojo Alonso; Paulo Bento. Suplentes: Alfredo Alexandre de Miranda Coutinho; Aluizio Bezerra de Mendonça; Flávio Jair Zanchin.

Delegados Confederativos

Eliel Soares de Paula
Irineu Thomé

Revista Fenacon

Fale com a Redação

Telefax: (011) 3061.1884

E-mail: revistafenacon@uol.com.br

**JV & BST Comunicação
R. Cristiano Viana, 561
05411-000 - São Paulo - SP**

Ano V - Edição 59

FENACon

Novembro de 2000



Mais de cem micros e pequenos empresários de serviços estiveram em Brasília no dia 7 de dezembro para a maior mobilização em defesa da ampliação do Simples para as micros e pequenas empresas de serviços ocorrida no Congresso Nacional. Em seminário, coordenado pela Fenacon, foram apresentados aos parlamentares dados que não deixam dúvidas: a opção pelo sistema simplificado para um maior número de empresas significará mais empregos, menos trabalhadores na informalidade e empresas na ilegalidade e aumento de arrecadação por parte do governo págs. 06 e 07

CARTAS & E-MAILS

Mensagens dos leitores 04 e 05

INTERNET

Vírus MTX: sedutores e destrutíveis 08 e 09

ISENÇÕES DE IR

Doação para os fundos da criança e do adolescente chega ao prazo final 10

ENESC 2000

■ Enesc-Sudeste consolida encontros regionais de empresários contábeis e de assessoramento ... 11

■ Estudante de Santa Catarina participam do Enesc-Sudeste 12

■ Palestras abordam temas variados e destacam ética na empresa 13 e 14

ELEIÇÕES NAFENACon

Pedro Coelho é eleito presidente da Fenacon 15

À LUZ DO DIREITO

ISS não incide sobre locação de bens móveis e leasing 16 e 17

ANÁLISE

Demonstrando nossos valores intelectuais 18 e 19

ELEIÇÕES NOS SESCON'S

Sescons renovam diretorias 20, 21, 22 e 23

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

■ Categorias econômicas representadas pelos Sescons 24

■ Embasamento legal da contribuição sindical 25

IR

Estou dando baixa em uma empresa e foi constatada a entrega de uma declaração de Imposto de Renda em atraso. Como li na Revista Fenacon de setembro de 2000 (Multa pela entrega de declaração de rendimentos fora do prazo), enviei uma correspondência a Receita Federal com a Lei 8.981/95 que fala da dispensa das penalidades. Só que eles não acataram. O que devo fazer neste caso?

Contabilidade Tecol
ctecol@server.sjnet.com.br

Celso Botelho de Moraes: Como citado no artigo em questão, somente através de ação judicial própria é possível tentar obter a restituição da multa.

IR 2

Sou técnico em contabilidade na cidade de Feira de Santana, Bahia. Li o artigo seu publicado na Revista Fenacon, em setembro de 2000 intitulado: "Multa pela entrega de declaração de rendimentos fora do prazo" e gostaria de obter algumas informações sobre o mesmo.

Tenho um cliente que encontra-se em situação semelhante. Recentemente, em 31/10/2000, foram entregues as declarações de renda do exercício de 1996-1997-1998-1999-2000. Sendo que o exercício de 1996 teve imposto a restituir e os anos subsequentes, Imposto de Renda a pagar. A declaração foi entregue via Internet sem que tenha havido intimação ou ato da autoridade fiscal até a presente data.

Em data posterior à entrega, o cliente foi notificado através de auto de infração para pagar multa por atraso na entrega da declaração fora do prazo. Baseado no artigo e no que foi acima apresentado, peço, se possível, orientações para procedimento na anulação deste auto de infração.

Luis Carlos Malaquias
malaquias@gd.com.br

Celso Botelho de Moraes: Somente via ação judicial é possível tentar obter a restituição das multas em questão.

IR 3

Com referência ao artigo do Sr. Celso Botelho de Moraes, que trata das multas por atraso na entrega da declaração de rendimentos da PJ, gostaria de solicitar alguns esclarecimentos. Assim como diversos colegas, tive problemas com a entrega da declaração de rendimentos do exercício de 1994, cujo prazo encerrou-se em 31/05/95.

Fui perceber a falha, quando notificado pela Receita Federal. Imediatamente providenciei a entrega das declarações. Posteriormente, a Receita enviou a cobrança das 500 Ufirs aos Contribuintes. Entrei com recurso na esfera admi-

nistrativa e, posteriormente, junto ao Conselho de Contribuintes. Em ambas as instâncias o mesmo foi negado, prevalecendo a exigência do Fisco no pagamento da multa que hoje encontra-se em cobrança junto a Procuradoria da Fazenda Nacional.

Diante desta situação, gostaria de saber se existe possibilidade do cancelamento desta exigência e quais os procedimentos necessários. Aproveito a oportunidade para parabenizá-los pelo nível da revista, principalmente, como artigos como este, que tratam diretamente dos problemas que nós profissionais enfrentamos e, muitas vezes, pela ausência de um esclarecimento isento e profissional, acabamos arcando com prejuízos desnecessários.

Jairo Plautz Velloso
CONTAL Contabilidade & Assessoria Fiscal
Bossoroca - RS
jveloso@viacom.com.br

Celso Botelho de Moraes: Caro leitor, somente por meio de uma ação judicial é possível tentar a restituição da multa em tela.

Discriminação

Venho através desta felicitá-los pela revista, edição n.º 58, de outubro/00, e principalmente, dentre outras, a reportagem 'Discriminação ao trabalhador ainda é comum no Brasil', que mostra que a equipe da revista, além de se preocupar com todas as informações contábeis que nos interessa, também, como eu, e como deveria ser todo mundo, se preocupa com os problemas brasileiros. Problema considerado por mim medíocre e exercido por empresas capitalistas e totalmente desclassificadas (humanamente) que são as maiores responsáveis pela discriminação (entre elas, o racismo, julgo por mim o mais absurdo) existente ainda hoje no Brasil, e que, se depender delas, vai continuar ao longo de toda a vida.

João Alberto Leonel F. Júnior
Estudante de Ciências Contábeis
jalbertojr@bol.com.br

Conclusão de curso

Tomei conhecimento desta revista através da Internet. Salvei em meus arquivos todas que estavam disponíveis em Acrobat no site da Fenacon. Todas as matérias são ótimas e interessantes. Gostaria de receber exemplares dessa maravilhosa revista em meu trabalho. Estou cursando o último ano de pós-graduação em direito tributário e preciso entregar um trabalho de conclusão de curso. O tema que escolhi é: "A evolução histórica do Imposto de Renda das empresas no Brasil". Se alguém puder contribuir com algum material, peço a gentileza de entrar em contato.

Marisa Galvão Klemm
Franchi Auditoria e Contabilidade S/C Ltda
Itatiba, SP
marisagk@zipmail.com.br

Demonstrações contábeis

Solicito as demonstrações contábeis (comentadas na revista edição 57, setembro de 2000, página 17), abaixo relacionadas, para fins de estudo, tendo em vista que estou fazendo Pós-graduação em MBA, em Gerência Financeira e Estratégias Empresariais (FGV/AM), matéria: Análise das demonstrações financeiras. Necessito efetuar um trabalho de análise das demonstrações financeiras. Após as análises, escolherei a que melhor convir.

SABESP- Companhia de Saneamento Básico do Estado de S. Paulo

COPENE - Companhia Petroquímica do Nordeste
Companhia Suzano de Papel e Celulose

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A.

Paulo Cezar Araujo Duarte

NR: O leitor poderá obter informações a respeito diretamente na Anefac – pelo telefone (11) 255-1477 e/ou na Fipecaf (11) 3818-5820, com o professor Ariovaldo – Raal 140

Palmtop

Foi com prazer que pude tomar conhecimento de uma matéria sobre palmtop na edição de setembro da Revista Fenacon. Confesso que fiquei impressionado com o uso do mesmo por você e é exatamente o que procuro, pois sou contabilista e acadêmico de Direito e tudo que preciso é exatamente a legislação que você menciona.

Estou indo para o 3º ano e justamente o que mais uso são os códigos penal, civil, tributário etc., bem como a lei das S/A e do Imposto de Renda, o mesmo que você usa em seu palm. O que preciso saber é: quanto de memória o palm precisa para poder carregar estes programas? Se 4 Mb for suficiente, o preço é super agradável. Agora se for preciso 8Mb, o preço triplica. O que você me orienta? 4 ou 8 Mb? Se for possível, gostaria que me esclarecesse como conseguirei os programas e que máquina devo comprar e onde e quanto custa.

Claudionor Bucalon
Birigui - SP

Nivaldo Cleto: Estive coincidentemente na COMDEX Fall 2000 Las Vegas, onde pude testemunhar de perto o poder da Palm e das outras Handhelds. Ela faz tudo aquilo que eu escrevi na minha coluna e mais dezenas de aplicativos que já estão sendo utilizados nas corporações, como, por exemplo, relatórios de visitas, vendas, guia para taxistas e motoristas nas grandes cidades.

Durante a viagem, a pequenina não saiu do meu lado. É preciso ver para crer. Ao chegar no Centro de Convenções em Las Vegas, havia um quiosque da Palm passando, através da opção Beaming

(transferindo arquivos), um roteiro com toda programação das palestras, localização de hotéis, expositores etc.

Show de tecnologia virá quando a Palm puder receber as informações em tempo real, sem que haja conexão com o PC, pois lá a Palm VII é a sensação. Nos Estados Unidos e Japão o equipamento já recebe as informações sem fio (Wireless). Aqui ainda precisam oferecer estes serviços.

Na minha Palm eu tenho 8 Mb de memória. Para você ter uma idéia, o Regulamento do Imposto de Renda ocupa 451 K e a Constituição 170 K. Se você não ficar enchendo com joguinhos, acho que 4 Mb é suficiente. Aconselho que pesquise o site arremate.com e visite também os sites palm.com e www.palmguide.net.

Comunicado

Temos recebido mensagens alegando propagação de certos vírus, enviados pelo mailing. Visando esclarecer aos integrantes de nosso mailing list, informamos o seguinte: A Fenacon em razão do volume de e-mail's enviados e recebidos tem atualizações diárias com a Symantec que produz o anti-vírus Norton, com isso a segurança de nossos usuários é garantida.

Alertamos também a outros usuários que verifiquem seus equipamentos e executem a atualização diária de seus respectivos anti-vírus. Desta maneira, estamos esclarecendo que, de nenhuma forma, a origem de e-mail's com vírus, provem da Fenacon, e que evitem "abrir" ou "executar" programas recebidos de qualquer fonte.

Atenciosamente,
Departamento de Tecnologia da Fenacon

CD

Gostaria de agradecer a atenção pelo pedido do CD da VIII Conesc, mesmo com as dificuldades anunciadas, vocês me enviaram o CD, agradeço mais uma vez e queria dizer que o prestígio que vocês têm com o nosso escritório só tende a aumentar. Muito obrigado.

Leandro Gabriel Fumes

Escrítorio de Contabilidade Wilson

Jacareí - SP

wfumes@iconet.com.br

Simples

Na minha opinião, além dos ofícios enviados aos deputados e senadores pelo Sescon/SC, nós, contadores e técnicos de contabilidade, deveríamos fazer um abaixo assinado junto às Delegacias e CRC's pedindo a aprovação do Projeto de Lei n.º 2758/00, que amplia o Simples para as empresas de contabilidade. Também, pedir a alguma rede de TV uma reportagem sobre o projeto que é de suma importância para as empresas. Assim, poderíamos diminuir os custos com pessoal e contratar mais mão-de-obra especializada.

Barcelos Contabilidade

Itajaí - SC

barcelus@terra.com.br

Pesquisa

Eu sou estudante da Universidade Federal de Pernambuco, do curso Ciências

**E-mails para esta seção devem ser enviados para
revistafenacon@uol.com.br**

ATENÇÃO!!! As mensagens enviadas à Revista Fenacon somente serão publicadas com devida identificação do leitor: Nome, Endereço Completo e Telefone. Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das mensagens dos leitores.

Contábeis, e gostaria de saber como conseguir o questionário que saiu na Revista Fenacon n.º 31 e os resultados da pesquisa sobre Empresas de Serviços Contábeis, pois será muito útil para minha monografia.

Flávia Gomes

flaviagomes.s.s@ig.com.br

Flávia, respondendo seu e-mail oriento a você o seguinte: acesse o site da Fenacon (fenacon.org.br) e consulte na coleção de revistas Fenacon a edição que você necessita. Todo o material está disponível para consulta.

Diva Borges

Editora - Revista Fenacon

Pesquisa de Blumenau

Em resposta à nota publicada "Pesquisa de Blumenau", na Revista Fenacon nº 57, de setembro/2000, temos a informar o que segue: A França Contabilidade já recebeu o material solicitado. Em junho de 2000, quando houve a solicitação, tentamos contato via e-mail, mas não conseguimos. A mesma dificuldade técnica no e-mail da França, tivemos agora quando enviamos o material. Mas estando a situação resolvida, desejamos a França Contabilidade bons negócios e sucesso na pesquisa.

Sescon/Blumenau

Anúncio Multi Copan

Empresários de serviços se unem pela ampliação do Simples

O micro e pequeno empresário brasileiro mostrou que está disposto a brigar pela inclusão das empresas de serviços no Simples. Em seminário realizado no dia 07 de dezembro, no Congresso Nacional, mais de cem representantes de entidades filiadas à Fenacon e diversos deputados federais ocuparam o Plenário 5 da Comissão de Economia e Comércio da Câmara. O número expressivo de participantes representou um passo concreto do segmento em direção ao Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições

por Adriana Ribeiro, de Brasília

A empresa de serviços também merece ser Simples'. Com este lema, a Fenacon e a Comissão Especial de Reforma Tributária do Congresso reuniram empresários de todo o País em Brasília, no dia 7 de dezembro. O debate também contou com a presença de deputados federais que defendem a bandeira do Simples por um sistema tributário mais justo. O resultado foi um momento único de reflexão para a sociedade brasileira. A necessidade da inclusão da empresa do setor terciário da economia no Simples foi reafirmada e o mito de que a arrecadação previdenciária seria prejudicada ficou mais longe.

A argumentação da Fenacon foi ambasada em pesquisa coordenada pelo empresário de Caxias do Sul- RS, Renato Tóigo. O documento confirma que a preocupação da Previdência Social com perda de arrecadação é infundada. Tóigo mostrou aos parlamentares que, ao contrário do que afirma a Previdência, a ampliação do Simples para as empresas de serviços aumentaria a arrecadação previdenciária, assim como o fez com a tributária.

O trabalho comparou os valores das contribuições pagas por 44 empresas, optantes ou não pelo Simples, de diversos ramos de atividade e faixas de receita bruta anual. Vale ressaltar que o grupo de empresas é de Caxias do Sul, cidade-pólo de uma das regiões mais economicamente desenvolvidas do Sul do Brasil e onde a média salarial é também uma das mais elevadas do País.

O estudo comparativo mostrou essas empresas nas duas situações: contribu-

Abaixo, mesa coordenadora do evento: da esq. p/ a dir., o deputado constituinte, José Maria Eymael; o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula; o deputado federal, Germano Rigotto; o presidente eleito da Fenacon (2001/2003), Pedro Coelho Neto, e o primeiro vice-pres. da Associação Bras. das Emp. de Serv. Terceirizáveis e Trab. Temporário - ASERTEM, Ermínio Alves de Lima Neto



Deputados e empresários de todo o País lotam plenário da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara

indo como optantes pelo Simples e fora do sistema. A conclusão do relatório é que, na maioria dos casos, há ganho de arrecadação da Previdência. No cômputo geral, a diferença foi positiva para a Previdência em R\$ 549,45 mil.

"Propomos que se realize uma pesquisa semelhante em âmbito nacional para que sirva de argumento para a inclusão no Simples de todas as empresas que possuam receita bruta anual igual ou superior a R\$ 1,2 mi", defendeu Renato Tóigo.

Sentindo na pele

Integrante de uma delegação de 32 micros e pequenos empresários de serviços do Estado de Santa Catarina,

o empresário Veríssimo da Cunha Batista foi ao seminário dar a sua contribuição. Em sua empresa, Veríssimo tem 11 funcionários mas gostaria que este número fosse maior. "Com o Simples, o peso dos encargos sociais diminui, o que certamente facilita a contratação formal de empregados", defendeu. O empresário de Joinville também falou da importância da micro e pequena empresa para o crescimento da economia do País. "Somos parceiros do governo".

O Deputado Federal Fetter Júnior (PPB - RS) lembrou que, no início, o Simples era 'mal visto' pela Receita Federal. Mas, com o decorrer do tempo, foi possível reverter esta primeira impressão. "Com a Previdência Social deverá acontecer o mesmo", antecipou

o deputado. Acreditando que a economia evolui no sentido da prestação de serviço, o parlamentar defendeu o empregador e a desoneração da folha de funcionários. "Quem emprega não pode ser penalizado", concluiu.

O Deputado Federal Roberto Argenta (PHS - RS) também manifestou a incoerência do sistema tributário atual com a frase: "Quem mais emprega é quem mais contribui. Quem desemprega não contribui", referindo-se ao ramo de serviços e da alta tecnologia respectivamente.

Envolvimento

O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, falou sobre a importância da participação dos empresários no evento. "Precisamos nos unir e acreditar que a mudança vai acontecer", afirmou. Para que o tema possa permear a sociedade, o presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária do Congresso Nacional e do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários NPECT, deputado federal Germano Rigotto (PMDB - RS), convocou os empresários a comprometerem-se com o Simples. "Escrevam artigos, promovam debates em suas comunidades, tentem ocupar espaço na mídia", sugeriu.

O segmento contábil mereceu destaque especial por parte do deputado constituinte e integrante do NPECT, José Ma-



Fotos: L. Martinez

ria Eymael. Ele destacou vários pontos que demonstram a força política que o segmento conquistou nos últimos anos. "O seminário foi uma das maiores demonstrações de força da Fenacon, no sentido de aglutinar todo o setor contábil do País na luta pelo Simples", ressaltou. Segundo ele, o Núcleo também teve participação importante na conquista de espaço político por parte do segmento contábil. O NPECT conta hoje com a participação de 180 parlamentares, entre deputados e senadores, e é o maior grupo parlamentar do Congresso Nacional.

Lideranças

Eymael destacou a presença de importantes lideranças do Congresso, no evento, como a dos deputados Germano Rigotto; Fetter Júnior, autor da proposta de emenda constitucional desonerando a folha de salários dos encargos previdenciários, em tramitação na Câmara; Edinho Bez,

relator da Comissão Especial do Sistema Financeiro; e Odelmo Leão, Líder do PPB na Câmara.

A determinação com que o deputado Germano Rigotto abraçou a causa da inclusão das micros e pequenas empresas no Simples - defendida por ele durante todo trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Reforma Tributária - também foi elogiada por José Maria Eymael.

No seminário ainda foi apresentada ao Congresso Nacional a nova diretoria da Fenacon, presidida pelo empresário contábil do Ceará, Pedro Coelho Neto, que, em seu pronunciamento, comprometeu-se a dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela atual diretoria da entidade.

O primeiro desafio para 2001 será o seminário sobre o Simples, que a Fenacon pretende realizar em fevereiro com as presenças dos ministros da Fazenda e da Previdência Social.

Deputados presentes ao Seminário

Germano Rigotto (PMDB - RS)
Fetter Júnior (PPB - RS)
Pedro Eugênio (PPS - PE)
Márcio Marcos (PT - PR)
José Pimentel (PT - CE)
Roberto Argenta (PHS - RS)
Odelmo Leão (PPB - MG)
Gervásio Silva (PFL - SC)
Ênio Bacci (PDT - RS)
Coriolano Sales (PMDB - BA)
Edinho Bez (PMDB - SC)
Carlito Merss (PT - SC)
Fernando Marroni (PT - RS)
Ricardo Barros (PPB - PR)
Renato Vianna (PMDB - SC)

Fotos: L. Martinez



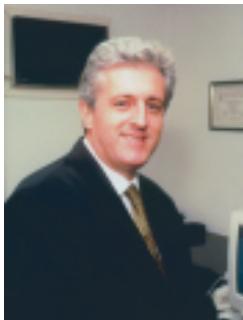
Deputado Márcio Matos (PT/PR)

Deputado Odelmo Leão Carneiro (líder do PPB)

Deputado Pedro Eugênio (PPS/PE)

Deputado Roberto Argenta (PHS/RS) (à esquerda) e deputado Renato Vianna (PMDB/SC)

Anúncio Frim



Vírus MTX: sedutores e destrutíveis

Vírus do tipo MTX anexados a mensagens de correio eletrônico trazem nomes provocativos, mas, uma vez abertos, graves estragos aos computadores. Estar alerta é a melhor prevenção.

por Nivaldo Cleto

Ultimamente tenho recebido de diversas pessoas, o vírus MTX. Estou achando estranho que as principais revistas não tenham alertado para esta peste! Na minha empresa, apesar de todo cuidado que tomamos, já detectamos sete máquinas com este vírus. O pior é que normalmente as pessoas nem desconfiam desta praga, pois ela vem disfarçada.

Arquivos anexos com nomes provocativos são as principais armas desta mescla de vírus backdoor e Cavalo de Tróia. O ataque, que se utiliza da mesma falha do Outlook, e que per-

mitiu a contaminação em massa do Loveletter, tem seu alvo principal nas fraquezas do ser humano.

Anexados às mensagens contaminadas, estão arquivos que se fazem passar por screen savers (protetores de tela), páginas web, fotos da Tiazinha, vídeos eróticos e até aplicativos de segurança contra vírus, sempre com nomes provocativos que estimulam a curiosidade do usuário.

Uma vez abertos estes anexos, o vírus se instala no sistema, gravando os arquivos IE_PACK.EXE, MTX_.EXE, WIN32.DLL e WSOCK32.MTX da pas-

ta Windows e adicionando chaves no registro para a execução dos aplicativos maliciosos. O arquivo WININIT.INI é modificado para a substituição do WSOCK32.DLL no próximo boot do computador e o vírus fica residente na memória, após sua execução.

Travado

O vírus utiliza a porta 1137 (TCP) a cada 2 minutos para fazer conexões Internet. O resultado é que o usuário não consegue executar aplicativos da Microsoft, como o Internet Explorer e o Outlook. Os programas travam, não respondendo aos comandos do usuário.

O nome oficial do vírus é W32/MTX@mm (aliases I-Worm.MTX, MTX_.exe) e foi descoberto dia 23 de agosto pelo laboratório AVERT Labs da McAfee, que já liberou para download atualizações de arquivos DAT para o McAfee VirusScan, que podem ser encontradas no endereço <http://download.mcafee.com/updates/updates.asp>, para as versões 4 e 5 do seu anti-vírus. Mais informações sobre como se proteger dos vírus podem ser consultadas na minha coluna da edição de maio.

Nomes de alguns anexos que trazem os vírus TXT

- ALANIS_Screen_Saver.SCR
- ANTI_CIH.EXE
- AVP_Updates.EXE
- BILL_GATES_PIECE.JPG.pif
- BLINK_182.MP3.pif
- FEITICEIRA_NUA.JPG.pif
- FREE_xxx_sites.TXT.pif
- FUCKING_WITH_DOGS.SCR
- Geocities_Free_sites.TXT.pif
- HANSON.SCR
- I_am_sorry.DOC.pif
- I_wanna_see_YOU.TXT.pif
- INTERNET_SECURITY_FORUM.DOC.pif
- IS_LINUX_GOOD_ENOUGH!.TXT.pif
- JIMI_HMNDRIX.MP3.pif
- LOVE LETTER FOR YOU.TXT.pif
- MATRiX_2_is_OUT.SCR
- MATRiX_Screen_Saver.SCR
- Me_nude.AVI.pif
- METALLICA_SONG.MP3.pif
- NEW_NAPSTER_site.TXT.pif
- NEW_playboy_Screen_saver.SCR
- Protect_your_credit.HTML.pif
- QI_TEST.EXE
- READER_DIGEST_LETTER.TXT.pif
- SEICHO-NO-IE.EXE
- Sorry_about_yesterday.DOC.pif
- TIAZINHA.JPG.pif
- WIN_\$100_NOW.DOC.pif
- YOU_are_FAT!.TXT.pif
- zipped_files.EXE

Anúncio DP Comp Informática

Serviços disponíveis na Internet facilitam dia-a-dia do profissional contábil

Os órgãos e repartições públicas vêm disponibilizando, cada vez mais, informações e serviços online, bem como uma série de formulários eletrônicos que facilitam em muito a atividade profissional contábil, evitando diversas idas e vindas e muita perda de tempo. Já é possível, por exemplo, para o contribuinte, pessoa física, verificar sua situação fiscal e, se for o caso, obter a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, via Internet, diretamente no site da Secretaria da Receita Federal, que substitui, para todos os fins, a certidão emitida nas unidades da SRF.

Ao lado, estão relacionados outros exemplos de serviços disponíveis na Internet para utilização como ferramentas de trabalho. Vale lembrar que no menu de serviços online no site da Fenacon foi criado um link com o resumo dos serviços que a Receita Federal disponibiliza, bastante úteis para consultas rápidas. Basta acessar o www.fenacon.org.br/sol/formcaixa.htm ou o próprio site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuintes/Formularios.htm).

mentas de trabalho. Vale lembrar que no menu de serviços online no site da Fenacon foi criado um link com o resumo dos serviços que a Receita Federal disponibiliza, bastante úteis para consultas rápidas. Basta acessar o www.fenacon.org.br/sol/formcaixa.htm ou o próprio site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuintes/Formularios.htm).

Secretaria da Receita Federal

Formulários online

- Formulário de Solicitação de Retificação de Darf
- Solicitação de Cópia de Documento
- Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Compensação

- Pesquisa de Situação Fiscal e Cadastral
- Pedido de Parcelamento de Débitos - Pepar
- Discriminação do Débito a Parcelar - Dipar
- Autorização para Débito em Conta de Prestações de Parcelamento
- Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF
- Solicitação de Retificação de DCTF
- Modelo de Petição da Consulta sobre a Legislação Tributária
- Modelo de Petição Consulta Classificação Fiscal de Mercadorias
- Modelos de Pedidos de Isenção IPI _ Todas Modalidades
- Pessoa física pode utilizar a Internet para verificar situação fiscal

Nivaldo Cleto é empresário contábil e colunista da Revista Fenacon - E-mail <ncleto@uol.com.br>

Mini-Guia da Web

Hardware

IBM	http://www.ibm.com.br
Compaq	http://www.compaq.com.br
Semp Toshiba	http://www.sempytoshiba.com.br
Itautec	http://www.itautec.com.br
Hewlett Packard	http://www.hp.com.br

Informações fiscais e tributárias

Coad	http://www.coad.com.br
Cenofisco	http://www.cenofisco.com.br
IOB	http://www.iob.com.br
Fiscodata	http://www.fiscodata.com.br
Fiscosoft	http://www.fiscosoft.com.br
Informare	http://www.informanet.com.br
Koenig Consultoria	http://www.koenig.com.br

Impressoras

Hewlett Packard	http://www.hp.com.br
Epson	http://www.epson.com.br
Xerox	http://www.xerox.com.br
Lexmark	http://www.lexmark.com
Elgin	http://www.elgin.com.br
Canon	http://www.canon.com.br/index1.htm

Softwares

ABES	http://www.abes.org.br
Alterdata	http://www.alterdata.com.br
Brasil Informática	http://www.brasil-info.com.br
Brasoftware	http://www.brasoftware.com.br
Compusul	http://www.compusul.com
Contmaster	http://www.contmaster.com.br
Copan	http://www.copaninfo.com.br
DPCOMP	http://www.dpcomp.com.br

Exactus

<http://www.exactus.com.br>

Ledware <http://www.ledware.com.br>

Mastermaq <http://www.mastermaq.com.br>

Microsoft <http://www.microsoft.com/brasil>

Novell <http://www.novell.com.br>

Prosoft <http://www.prosofttecnologia.com.br>

SuperSoft <http://www.supersoft.com.br>

Symantec <http://www.symantec.com.br>

Governo e entidades

Fenacon <http://www.fenacon.org.br>

Sebrae <http://www.sebrae.org.br>

Ministério da Previdência <http://www.mpas.gov.br>

Ministério da Fazenda <http://www.fazenda.gov.br>

Receita Federal <http://www.receita.fazenda.gov.br>

CEF <http://www.cef.gov.br>

Posto Fiscal Eletrônico/SP <http://www.pfe.sp.gov.br>

Livrarias & Editoras

Saraiva <http://www.livrariasaraiva.com.br>

Atica <http://www.atica.com.br>

Atlas <http://www.atlasnet.com.br>

Siciliano <http://www.siciliano.uol.com.br>

Makron Books <http://www.makron.com.br>

Cultura <http://www.livcultura.com.br>

BookNet <http://www.booknet.com.br>

Ltr <http://safe.tesla.com.br/ltr/home.htm>

Busca na Rede

Cade <http://www.cade.com.br>

Alta Vista <http://www.altavista.com>

Yahoo <http://www.yahoo.com>

Metaminer <http://miner.bol.com.br/index.html>

RadarUOL <http://www.radaruol.com.br>

Doações para os Fundos da Criança e do Adolescente chegam ao prazo final

No dia 28 de dezembro, encerra-se o prazo para que as empresas doem parte do seu Imposto de Renda para os Fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da Criança e do Adolescente. As doações podem ser feitas em qualquer valor, mas a dedutibilidade está limitada, desde o ano calendário de 1988, a 1% do IR devido, sem o adicional.

As deduções são permitidas apenas às pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real e devem respeitar o limite global de 4%, incluindo os incentivos fiscais relativos a projetos culturais e às atividades audiovisuais. As pessoas físicas também podem fazer doações ao Fundo, em qualquer valor. Neste caso, o limite de dedução é de 6%.

As doações em dinheiro são feitas por meio do Documento de Arrecadação Estadual - DAR ou Documento de Arrecadação Municipal - DAM, similares ou contra recibos emitidos pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O documento deve conter as seguintes informações: razão social e número do CNPJ da pessoa jurídica doadora ou nome completo e número do CPF da Pessoa Física doadora, identificação e número da conta do Fundo beneficiado.

O presidente do Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino, que, há alguns anos, participa de campanhas alertando sobre a Lei nº 8.069/90, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente, defende que o empresário tem a obrigação social de alertar o seu

cliente sobre a possibilidade de doação de parte do IR a entidades de assistência ao menor. "Nós não podemos deixar passar em branco esse momento".

Ele destaca como grande vantagem da doação a possibilidade do empresário ter um maior controle do dinheiro doado. "Para o empresário não muda nada. Apenas, ao invés de dar ao fisco, ele deixa para as crianças do seu município". Dessa forma, lembra Victorino, há uma possibilidade muito maior de acompanhamento da destinação e uso dos recursos que são doados ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Caso no município ainda não tenha sido criado o conselho, as doações podem ser feitas aos conselhos estaduais o nacional.

Anúncio Folhamatic

Enesc em Guarapari consolida encontros regionais de empresários

Com a participação de mais de 300 pessoas, o I Enesc-Sudeste, realizado em Guarapari-ES, de 22 a 24 de novembro, consolida a idéia do sistema Fenacon/Sescons, iniciada este ano, de promover encontros regionais das empresas de serviços contábeis, em anos alternados com a convenção do segmento - a Conesc. Segundo o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, a adesão maciça de empresários contábeis mostra que a iniciativa deve ser levada avante. "Conseguimos movimentar todo o sistema".

De fato. Somando-se os encontros de Canela-RS (Enesc-Sul), Salvador-BA (Enesc-Nordeste) e Guarapari-ES (neste primeiro ano não foi realizado o encontro das regiões Norte/Centro-Oeste), quase mil pessoas buscaram maior aperfeiçoamento técnico e gerencial nos três eventos. Isso sem contar que mais de 10.100 pessoas assistiram o Enesc-Sudeste, pela Internet, primeiro encontro regional de empresários contábeis transmitido on-line.

A transmissão de todo o evento foi feita pela empresa M2K, que inaugurou, com a 8ª Conesc, as transmissões de eventos contábeis no País, ao vivo, pela Rede. "Atendemos a uma nova geração de empresários. Menos resistentes a mudanças, com vontade de conhecer o novo", comemorou Eliel, o interesse do segmento pelo evento.

O presidente eleito do Sescon/BA (2001/2003), Fernando Lopo, acrescentou ainda que os Enescs têm a importância de tornar mais acessível a atualização de conhecimentos, principalmente para os empresários de fora das capitais, sem condições de se ausentar muito tempo de suas empresas ou de viajar para regiões mais distantes. "O evento foi criado nas Regiões Norte/Nordeste. A Fenacon abraçou a idéia e acertou em cheio em desenvolver para todo o País", afirmou Lopo.

Há aqueles que não perdem um evento, seja onde for. É o caso do empresário contábil de Maceió-AL, Cícero Berto dos Santos. Titular da empresa Berto Assessoria Contábil, Cícero foi um dos mais participativos nas palestras. Segundo ele, os eventos têm sido fundamentais para seu desenvolvimento como empresário. "Faço amizades, aprendo e saio enriquecido. Hoje tenho um relacionamento melhor com funcionários, atendo melhor aos clientes, minha empresa tem um ambiente saudável", destacou.

O presidente do Sescon/ES e da Comissão Organizadora do evento, Haroldo Santos Filho, deixa o sindicato com a certeza da missão cumprida. Ele integrará a diretoria da Fenacon e será substituído pelo atual diretor secretário do Sescon/ES e coordenador do Enesc, Luiz Carlos Amorim, a quem creditou grande parte do sucesso do evento. Sucesso este, segundo ele, cujo indicador foi a presença de caravanas de diversos estados brasileiros.

O Enesc-Sudeste recebeu participantes de 24 Estados. Além do Espírito Santo, com mais da metade dos participantes, as maiores caravanas estaduais foram do Rio de Janeiro (55), São Paulo (43), MG (34) e Santa Catarina (36).



Os presidentes de Sescons de todo o País estiveram em peso participando do I Enesc-Sudeste. Na foto acima, a solenidade de abertura, em auditório lotado

Foto do evento: Studio Rael



Missão cumprida: da esquerda para direita, Haroldo Santos Filho, presidente do Sescon/ES, Eliel Soares de Paula, presidente da Fenacon e Annibal de Freitas, vice-presidente da entidade; na solenidade de encerramento do evento



Mesa de abertura: da esquerda para direita, Pedro Celso Pereira, presidente do Sindicato dos Contabilistas do ES e vice-presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do RJ, ES e BA; José Antonio de Godoy, representando o CFC; Annibal de Freitas, vice-presidente da Fenacon; Luiz Carlos de Amorim, coordenador do evento; Eliel Soares de Paula, presidente da Fenacon; Haroldo Santos Filho, presidente do Sescon/ES e da Comissão Organizadora do evento; o chefe de gabinete da prefeitura de Guarapari, Alfredo Coelho Fontes, representando o prefeito Paulo Sérgio Borges; e Valdir Massucatti, presidente do CRC/ES, durante a execução do Hino Nacional

Estudantes de Santa Catarina participam do Enesc-Sudeste

O evento de Guarapari teve a presença de um grupo de participantes muito especiais. Uma caravana de estudantes de Xanxerê, cidade da Região Oeste de Santa Catarina, trouxe 22 alunos acompanhados da professora Ivete Maria Goralski. As 28 horas de viagem e os 1.700 Km que separam Xanxerê de Guarapari, não tiraram o ânimo dos alunos do curso superior de Ciências Contábeis, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, campus Xanxerê. "Já estão falando em se programar para a 9ª Conesc", disse Ivete, revelando a empolgação dos alunos.

A professora, que leciona as disciplinas de Contabilidade Comercial e Contabilidade Geral, explica que a idéia de se participar de um evento da classe contábil nasceu dos próprios

alunos. Através da Revista Fenacon, ela tomou conhecimento da realização do Enesc e levou a proposta à turma, imediatamente aceita. A viagem foi possível devido ao incentivo da universidade e ao desconto especial oferecido pela organização do evento.

Ivete explica que a idéia foi tirar o aluno do ambiente acadêmico e da realidade contábil da região e colocá-lo em contato com profissionais de diferentes Estados, para a troca de idéias e assimilação de novos conceitos e vivências da profissão. "São os profissionais que participam de eventos que acabam se destacando, pois se atualizam", acredita. Outro meio de informação que vem sendo importante para os alunos é a Revista Fenacon, utilizada como material de apoio em sala de aula. "Vários artigos eu levo



Turma de estudantes de Xanxerê acompanhada da professora Ivete Goralski (ao centro) e do presidente da Fenacon, Eiel Soares de Paula

para debate com os alunos", diz Ivete.

Para o aluno do 4º período, Marcos Henrique da Silva, o evento possibilita o contato com profissionais mais experientes e de destaque no cenário contábil brasileiro, além de complementar a parte técnica oferecida pela universidade. "No evento temos a visão do mercado. A visão mais global da contabilidade aplicada País", destaca. Mas, segundo ele, a faculdade já está mudado a visão da atividade do contador. "O contador não é mais um burocrata. Ele está mais preocupado com o que o cliente precisa, em ser um assessor desse cliente e não mais apenas em cumprir exigências legais".

Momentos da abertura



Na foto acima, à esquerda, o presidente da Fenacon, Eiel Soares de Paula, discursa durante a abertura do I Enesc-Sudeste, que...

...ainda contou com a apresentação de cantores líricos e show do comediante Agildo Ribeiro. Na solenidade, foi exibido vídeo mostrando todo o ...



...potencial turístico e cultural do Maranhão, Estado sede da 9ª Conesc, que acontecerá em São Luís, de 24 a 26 de outubro de 2001.



coffee break

Durante um intervalo e outro, os participantes puderam conhecer os produtos e lançamentos de editoras, software houses e empresas de informações fiscais e tributárias, que ocuparam um total de 13 estandes no saguão do Centro de Convenções do Sesc. Na foto ao lado, o presidente do Sescon/MA, Carlos Augusto Gaspar de Souza Júnior (à esquerda), que irá conduzir a organização da 9ª Conesc, confraterniza com o empresário contábil alagoano Cícero Berto dos Santos, diante o estande da Fenacon, onde os participantes puderam conhecer e assinar a Revista Fenacon.

Nivaldo Cleto fala de empresas high-tech

Na palestra 'A informática na prática das empresas de contabilidade', o coordenador de tecnologia da Fenacon, Nivaldo Cleto (foto ao lado), mostrou de forma clara e objetiva, toda gama de recursos tecnológicos, à disposição das empresas contábeis. O destaque, é claro, foi para os recursos disponíveis na Internet.

Nivaldo começou falando sobre as vantagens de uma empresa com os computadores ligados em rede interna. Mostrou as possibilidades de conexão a Internet, em tempo integral, a um custo reduzido, deu dicas de vários sites e destacou os diversos serviços disponíveis na Internet que facilitam e agilizam o trabalho do contador, como a Deca Eletrônica, disponível no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Como no mundo virtual nem tudo são flores, Nivaldo alertou para os problemas dos vírus. Citou sites para se adquirir programas antivírus, destacando os principais do mercado, o Norton Antivírus (www.symantec.com) e o McAfee (www.mcafee.com). Também alertou para a necessidade de atualiza-



ção constante contra novos vírus, o que pode ser feito através dos próprios sites das empresas desenvolvedoras dos sistemas de proteção.

Como o assunto é tecnologia, as novidades que virão por aí não poderiam estar de fora da palestra. Nivaldo trouxe ao público as novas tecnologias lançadas nos Estados Unidos e que em breve estarão chegando ao mercado brasileiro, como o webpad, computador portátil, menor que um laptop, com acesso sem fio a Internet. As novidades foram trazidas da Comdex, um dos maiores eventos para exposição de equipamentos de informática do mundo, que aconteceu de 12 a 17 de novembro, em Las Vegas, nos EUA.

Inteligência emocional

O contador e consultor Layr Quintino Malta abordou o 'Conceito de inteligência emocional na empresa' destacando que um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento humano é o medo de se expor. "É o fator mais limitante e o mais antiético". Segundo ele, há pesquisas que mostram que a preocupação em ser ridículo ou incoerente superaria o medo da morte.



Ele exemplifica que as pessoas não devem ter insegurança em perguntar, conhecer o novo. E, pior ainda, é quando não estão conscientes da necessidade de aprendizagem constante. "A arrogância é o principal doença a que um ser humano pode padecer", destacou. Ele aconselhou também às pessoas desenvolverem a arte de comunicar. "É a técnica de se chegar a subjetividade humana". E ainda chamou a atenção para o fato de que ninguém deve esperar para mudar. "O único limite que o ser humano tem é o tempo".

Novos desafios dos auditores

O contador Armando Andrade (foto ao lado) deu um panorama completo da atividade de auditor, passando pela regularização, normatização e características da profissão de auditor interno e auditor externo independente na palestra 'Importância e contribuição da auditoria para as empresas e para a economia nacional'. Relacionou uma série de pontos considerados desafios para o auditor, como agente importante para a transparência e regularidade das contas públicas.

Entre esses desafios, citou diversos vícios da administração pública, como a despreocupação com procedimentos e práticas administrativas éticas e orientadas ao bem comum. Ressaltou, entre outros pontos, que as empresas públicas sequer possuem uma avaliação de seu patrimônio - "elas não conhecem seu valor" - e criticou a administração pública por não possuir sentimento de custo, ou seja, por faltar eficácia, eficiência e economicidade empresarial. "Falta a aná-



lise de alguém que mostre os custos e diga: 'isso é um absurdo'. E somos nós que sabemos o que é custo", destacou Andrade, se referindo a atividade contábil.

Ética empresarial

Enfocando aspectos inerentes ao tema 'ven-das', o consultor Eduardo Botelho apresentou a palestra 'Ética empresarial na atualidade'. Botelho lembrou que, até algum tempo atrás, a imagem do vendedor era a de alguém preocupado apenas em empurrar produtos ou serviços, "fazer pedidos". Isso fez com que o profissional tivesse a imagem de alguém sempre pronto para ludibriar, enganar.

Hoje, segundo ele, tal pecha comeca a mudar. O vendedor ético é aquele que, mais do que oferecer um simples produto ou serviço, está preocupado em atender as necessidades do clientes. "Essa profissão



O consultor Eduardo Botelho faz palestra no Enesc-Sudeste

não perdoa quem só pensa em vender, em dinheiro. Tem que gostar de servir". Botelho defende que o vendedor deve ser um gerador de lucros. "Analise o problema do cliente, entenda o cliente, proponha soluções. Ajude-o a ter lucro e sucesso e ele também vai te ajudar a crescer. Ele vai te ajudar a vender".

Integridade humana determinará sucesso nos negócios

Apalestra 'Empresário contábil: redescobrindo seus próprios talentos', foi proferida por Lucia Helena Victorino, graduada em Secretariado Executivo Bilingüe e Psicologia pela FURB - Fundação Universitária Regional de Blumenau. Com base em dados colhidos em pesquisa e que deram origem ao livro 'Empresário Contábil e as Mudanças Organizacionais', Lucia traçou o perfil do empresário contábil diante das mudanças globais, sugerindo ações para seu desenvolvimento e atuação no cenário futuro.

Segundo ela, apesar das empresas valorizarem mais o desenvolvimento técnico em detrimento do pessoal, cada vez mais, o homem será considerado como um todo de natureza física, intelectual, emocional e espiritual. Lúcia acredita que dentro de um processo de mudanças globais, a cultura das organizações, ou seja, o conjunto de valores, crenças e relações deles decorrentes, passará a ter maior valor. Essa visão holística (sistêmica) terá como objetivo permitir a expansão da capacidade de criar resultados, estimulando padrões de pensamento novos e abrangentes.

Saúde e negócios

Acada 1 minuto, uma pessoa morre no Brasil por doenças cardiovasculares. São 300 mil mortes a cada ano. Boa parte dessas mortes é causada por fatores de risco evitáveis para as doenças cardiovasculares, como a hipertensão arterial, níveis elevados de colesterol, tabagismo, sedentarismo e estresse.

Esse foi um dos principais enfoques da palestra 'Sucesso na saúde e nos negócios: possível conciliação', do médico cardiologista, Jorge França (foto abaixo). "Cigarro, diabetes e colesterol são os grandes culpados pela arteriosclerose", citou. Desses fatores de risco evitáveis, o estresse também ganhou atenção especial na palestra, por ser o mais ligado à vida profissional. "Estamos tendo índice recorde de estresse no trabalho



no mundo", alertou e aconselhou: "tente a cooperação ao invés do confronto". Todos os participantes do evento receberão um CD com as palestras apresentadas.

FENACON

Para anunciar ligue

(11) 3063.0937
 (11) 3082.2218
 (11) 3088-8056
 (11) 3088-5774

Pedro Coelho é confirmado como próximo presidente da Fenacon

Na tarde anterior à abertura do I Enesc-Sudeste, ocorreu a Assembléia Geral Ordinária do Conselho de Representantes da Fenacon, que elegeu o corpo diretivo da entidade para o triênio que vai de 2001 a 2003. O atual vice-presi-

dente da federação para a Região Nordeste, Pedro Coelho Neto, foi confirmado como o próximo presidente da entidade. Pedro Coelho encabeçou chapa única de consenso.



Diretoria eleita da Fenacon posa para foto, após confirmação de Pedro Coelho Neto como novo presidente da entidade



Carlos Augusto Souza Júnior, presidente do Sescon/MA, apura voto acompanhado dos presidentes dos Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino; Mato Grosso, Elynor Rey Parrado, e da Fenacon, Eliel Soares de Paula, que compuseram a mesa da eleição



Pedro Coelho Neto: presidente da Fenacon para o triênio 2001/2003



O presidente eleito fala sobre seu plano de trabalho para os presidentes de Sescons de todo o País durante a assembleia do conselho de representantes

Anúncio Master Maq



Celso Botelho de Moraes*

Aprovado novo regulamento do ICMS/SP

Após mais de nove anos vigorando, o atual regulamento do ICMS/SP, aprovado pelo Decreto 33.118, de 14/03/91, será substituído, a partir de 1º de janeiro de 2001, pelo Decreto n.º 45.490, de 30/11/2000, que consolidou todas as alterações ocorridas de março de 1991 até hoje, e promoveu algumas modificações que simplificam a vida dos contribuintes paulistas. Abaixo relacionamos as modificações mais significativas do novo regulamento, com seus respectivos artigos:

Art. 57 - Da devolução e do retorno interestaduais

Nas operações interestaduais de devolução ou retorno, de mercadoria ou bem, inclusive recebido em transferência, aplicar-se-ão a mesma base de cálculo e a mesma alíquota que acobertou a operação original.

Essa alteração decorre do Convênio ICMS 54/00. Como não estava disciplinado, em alguns casos, o contribuinte, ao fazer uma devolução, era obrigado a destacar o ICMS devido na operação interestadual e isto nem sempre correspondia ao imposto pago na operação de aquisição. Exemplo: um contribuinte estabelecido na Bahia vende para outro estabelecido em São Paulo. Na operação de venda, o ICMS destacado é 7%. Em caso de devolução, o contribuinte baiano era obrigado a destacar 12%, alíquota interestadual da Bahia para São Paulo.

Art. 61 - Crédito nas aquisições de ativo permanente

Em decorrência da Lei Complementar 102/2000, o crédito de ICMS relativo à entrada de ativo permanente - AP será permitido à razão de um quarenta e oito avos por mês (48 parcelas), devendo a primeira parcela ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada do bem no estabelecimento (art. 61, § 10). Não será permitido o crédito na entrada de ativo permanente alheio à atividade da empresa (art. 66, I). O crédito também será vedado, caso previsivelmente, o ativo permanente relacionar-se exclusivamente com mercadorias ou serviço objeto de operações ou prestações isentas ou não tributadas (art. 66, § 2º, 1).

Ao contrário de alguns Estados, em São Paulo essa alteração entra em vigor em 01/01/2001.

Art. 73 - Da transferência do crédito acumulado

Será permitida a transferência do crédito acumulado: - Para outro estabelecimento da mesma empresa (art. 73, I); - Para empresa interdependente, mediante prévio reconhecimento da interdependência pela Secretaria da Fazenda (art. 73, II); - Para estabelecimento fornecedor, a título de pagamentos das aquisições (de matérias primas e ativo imobilizado relacionados no inciso V do artigo 54) feitas por estabelecimento industrial (art. 73, III, "a" e "b"); - Para estabeleci-

mento fornecedor, a título de pagamento das aquisições (ativo permanente) feitas por estabelecimento comercial, até o limite de 30% do valor de cada operação de compra (art. 73, IV);

Para aquisições de caminhão, de chassi com motor novo ou de combustível, efetuadas por estabelecimento prestador de serviços de transportes (art. 73, V).

É interessante notar que as novas normas aumentaram as possibilidades de compra de insumos e equipamentos feitos a industriais (até então tais compras estavam limitadas a 40% do total das operações) e acrescentaram a possibilidade das compras de bens, com pagamento de crédito acumulado, serem feitas também de comerciantes (antes não existia essa possibilidade). Continuam válidas as regras de geração desses créditos e a que prevê a necessária autorização da Secretaria da Fazenda.

Art. 78 - Da compensação do imposto com crédito acumulado

Aprovado, via regime especial, o ICMS exigido por guia de recolhimento especial poderá ser compensado com crédito acumulado. Inclusive nos casos de importação processada em território paulista (art. 78, parágrafo único).

Uma novidade interessante, pois hoje muitas empresas possuem saldo credor acumulado, sem ter como dar vazão a esses créditos. Todavia, o fisco continuará controlando a compensação via regime especial.

Art. 79 - Da liquidação de débito fiscal com crédito acumulado

O débito fiscal de ICMS do estabelecimento detentor do crédito acumulado ou outro do mesmo titular poderá ser liquidado, mediante compensação com o crédito acumulado. O pedido de liquidação será decidido pelo Secretário da Fazenda ou por autoridade por ele designada (art. 589).

Mais uma novidade interessante para quem tem crédito acumulado, só que a burocracia continuará, visto que a autorização será dada pelo Secretário de Fazenda.

Art. 96 - Da centralização da apuração e do recolhimento

Os saldos devedores ou credores, apurados em cada um dos estabelecimentos do mesmo titular localizados em território paulista, poderão ser compensados centralizadamente, sendo o resultado, quando devedor, objeto de recolhimento único.

A transferência de saldo será através de nota fiscal, com a expressão "Transferência de Saldo - Art. 98 do RICMS" (art. 98, I e III). O estabelecimento centralizador deverá lançar o valor recebido em transferência no Livro Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos" ou "Crédito do Imposto - Outros Créditos" (art. 99).

A princípio, a opção e a renúncia pela apuração centralizada do ICMS será efetuada no Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência de cada estabelecimento abrangido (art. 102). A Secretaria da Fazenda poderá estabelecer que a opção seja feita de forma diversa (art. 102, § 3º).

A centralização da apuração e do recolhimento do ICMS é uma velha reivindicação dos contribuintes do ICMS que possuem mais de um estabelecimento dentro do Estado de São Paulo. Ocorre que, em alguns períodos de apuração, enquanto um dos estabelecimentos apura o saldo credor, o outro apura o saldo devedor, e o contribuinte é obrigado a recolher o saldo devedor e manter o crédito na sua escrita fiscal, sem a possibilidade de compensá-los. A partir de 2001, com a centralização da apuração, o governo atende a reivindicação dos contribuintes.

Art. 112 - Prazos de recolhimento do ICMS

Foram criados os chamados "Códigos de Prazo de Recolhimento". Os contribuintes do ICMS serão enquadrados nos CPRs na conformidade do código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Nesse quesito, o governo apenas simplificou o enquadramento dos contribuintes segundo o Código de Prazo de Recolhimento.

Art. 146 - Da Nota Fiscal/Conta de energia elétrica

O § 6º desse artigo permite que a concessionária deixe de mencionar no corpo da Nota o destaque do ICMS.

Embora a exposição de motivos mencione que essa autorização atende reivindicação da Aneel, na verdade, procura solucionar os constantes processos contra as concessionárias por cobrança em duplicidade do ICMS (uma inclusa no preço, por definição legal, e outra somada à conta de energia).

O § 7º resolve o problema de energia compartilhada por dois ou mais contribuintes, na medida que permite a emissão de Nota Fiscal de transferência de energia.

Art. 470 - Da consignação industrial

Entende-se por consignação industrial a operação de remessa, com preço fixado, de mercadoria com a finalidade de integração e consumo em processo industrial, sendo que o faturamento dar-se-á quando da utilização destinatária pelo destinatário.

Como as empresas tendem a procurar reduzir seus custos de todas as formas possíveis, esta possibilita o pagamento do fornecedor somente quando o insumo é utilizado pelo estabelecimento industrial.

Art. 603 - Da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - Ufesp e sua atualização

A Ufesp terá seu valor atualizado anualmente, segundo a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP - Universidade de São Paulo, relativa à última aferição da segunda quadrissemana de cada mês.

A Ufesp tinha sua correção vinculada a UFIR, entretanto essa foi extinta.

Art. 1º (DDTT) - Crédito em relação a energia elétrica e aos serviços de comunicação

A partir de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2002, o crédito do ICMS sobre a entrada de energia elétrica e serviços de comunicações somente serão efetuados nos seguintes casos:

Energia elétrica:

- a) for objeto de saída de energia elétrica;
- b) for consumida no processo de industrialização;
- c) seu consumo resultar em saída ou prestação de serviços para o exterior.

Serviços de comunicação:

- a) na execução de serviços da mesma natureza;
- b) quando de sua utilização resultar operação de saídas para o exterior.

Essa medida decorre da Lei Complementar 102/2000, cujas constitucionalidades já foram objeto de nossos comentários em edições anteriores.

Celso Botelho de Moraes é advogado especializado em Direito Tributário
E-mail - celmora@uol.com.br

Supremo decide que ISS não incide sobre locação de bens móveis

Consequências quanto ao leasing e as contribuições do PIS e Cofins

O Diário da Justiça de 23 de outubro trouxe a decisão tomada pelo Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 116.121-3-SP), que, por maioria, entendeu ser inconstitucional a expressão “locação de bens móveis”, constante do item 79 da Lista de Serviços, anexa ao Decreto-Lei 406/68, alterada pela Lei Complementar 56/87.

Isso quer dizer que o ISS não incide sobre o aluguel de bens. Como se sabe, tanto a legislação complementar quanto as legislações municipais prevêem a incidência do imposto municipal sobre locação de bens móveis. O STF entendeu que a locação de bens não configura uma prestação de serviços, portanto, não pode haver incidência do ISS, que, como o nome indica, incide sobre a prestação de serviços.

Para chegar a tal conclusão, o STF se valeu dos conceitos de locação de serviços e de locação de bens, conforme definidos no Código Civil Brasileiro. De acordo com o Código, na locação de coisas (como se refere o CC), uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo indeterminado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição. Já a locação de serviços pressupõe o envolvimento diretamente do esforço humano. Em outras palavras, a locação de bens consubstancia-se numa obrigação de dar, enquanto que a locação ou prestação de serviços contempla uma obrigação de fazer.

Segundo o Código Tributário Nacional – CTN, o direito Tributário não pode alterar os conceitos, normas e formas do direito privado. Portanto, o legislador tributário não pode alterar o conceito de lo-

cação de serviços, conforme está definido no Código Civil, e tributar a locação de coisas (ou de bens móveis), pois, neste caso, falta o núcleo dessa incidência que são os serviços (conforme voto do Min. Marco Aurélio, no processo em tela).

Mas não é só na área do ISS que a decisão acima têm aplicação. Com efeito, muito embora somente a expressão “locação de bens móveis” constante do item 59 da Lista de Serviços tenha sido declarada inconstitucional, o referido item contempla também o arrendamento mercantil ou leasing (o texto completo do referido item é: “Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil”). Como o leasing é uma forma qualificada de locação de bens, também pode ser discutida a não incidência do ISS sobre esses contratos.

Da mesma forma, o Pis e o Cofins devidos até 1º de fevereiro de 1999 também não podem incidir sobre a locação de bens móveis. É que até essa data prevalecia a regra da Lei Complementar nº 70/92, para o Cofins e da Lei nº 9.715/98 para o PIS. De acordo com esses diplomas legais, a base de cálculo dessas contribuições era o faturamento, assim entendido a receita bruta da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. Como o aluguel de bens móveis não pode ser considerado serviço, é lógico que não pode haver a incidência das contribuições acima sobre a receita dessa atividade (locação de bens).

Antes de deixar de recolher o ISS e pedir o resarcimento ou a compensação do Pis e do Cofins, recomenda-se o ingresso com ação judicial competente.

STJ: fisco deve dar Certidão Negativa antes de homologação

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que reúne as duas turmas especializadas em direito público, firmou jurisprudência sobre a recusa do Fisco em fornecer Certidão Negativa de Tributos. Segundo a decisão, o fisco não pode se negar a fornecer certidão negativa se o lançamento ainda não estiver homologado. De acordo com o entendimento do STJ, antes do lançamento existe somente

uma obrigação fiscal, despida de exigibilidade.

O STJ decidiu que, somente após o lançamento definitivo, formado por decisão administrativa já transitada em julgado e não impugnada pela via judicial é que a certidão pode ser negada. Antes desse momento, é ilegal não fornecer a certidão negativa, especialmente quando o contribuinte encontra-se com o parcelamento de débitos em dia.

Demonstrando os valores intelectuais

“Nossas Demonstrações padecem de dados que sirvam de esteio à construção de informações acerca da extensão, forma, expressão e origem dos problemas organizacionais. Conhecimento é produto de investigação. Difere da informação posto que consiste em uma expressão logicamente ordenada e organizada do pensamento”

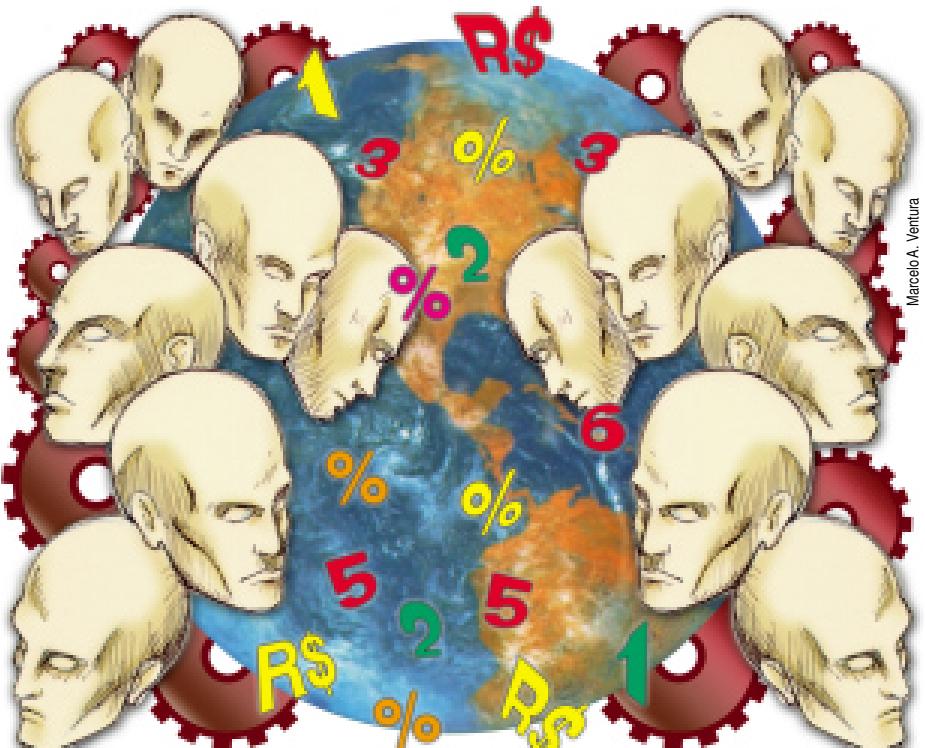
por Yumara Lúcia Vasconcelos

A inclusão de dados referentes a recursos humanos nas demonstrações contábeis encontra argumentos na própria natureza de informação que enfoca. Instrumentaliza os gestores para decisões diversas acerca da viabilidade de contratações, monitoramento de quadro de funcionários e sua capacidade de reter o conhecimento produzido no seio da organização; da alocação de valores humanos, visando maior identidade cargo/qualificação; e do desenvolvimento de habilidades, através de investimentos em treinamentos e educação continuada.

Por fim, mas não menos importante, seu enfoque possibilita maior intimidade entre empregado e gerência e um controle mais efetivo de toda a massa organizacional. Além de fundamentar com maior precisão, ações corretivas, feitura de orçamentos e controle de investimentos.

O tratamento contábil adotado na atualidade, herdeiro da cultura eminentemente legalista, paradoxalmente, considera despesa, aplicações de capital que visam beneficiar a entidade, através de investimentos na formação de seus valores intelectuais. Tal distorção tem conduzido nossas demonstrações à insuficiência hoje observada, limitadas que estão, praticamente, ao Balanço Patrimonial, à Demonstração de Resultado do Exercício e à informações relativas ao capital em giro e acumulações patrimoniais, como se isso bastasse, realmente.

Os gastos envolvendo habilitação de elementos humanos são valores recuperáveis no tempo e é esse retorno, medido através do acréscimo da produtividade funcional, o que motiva o gestor ao investimento, pois, do con-



trário, não haveria, nessa operação, sentido econômico.

A demanda informativa na atualidade exige das demonstrações contábeis uma evidenciação mais abrangente e é neste cenário que a funcionalidade do Balanço Social desporta, visto demonstrar uma realidade diversa daquela econômico-financeira (referimo-nos à realidade social). É preciso dimensionar a empresa em seu contexto e entender o que ela representa como contribuição ao todo, assim como de que forma desse mesmo todo extraiu o seu proveito.

DVA

O Balanço Social deve oferecer condições para medir-se o que a empresa

atribui aos valores humanos, quer internos, quer externos. A DVA - Demonstração do Valor Adicionado/Extensão do Balanço Social avalia, em nível de minúcias, a composição da riqueza gerada pela organização. Informa como vem sendo gerada ao longo do tempo.

Enfoca, ainda, informações de natureza social, mensurando a contribuição da célula empresa para o funcionamento do organismo sociedade, enquanto a 'Demonstração do Resultado do Exercício' apenas discrimina as receitas e despesas que compuseram o resultado contábil, não evidenciando a contento a verdadeira resultabilidade da empresa em seus diversos âmbitos ou níveis, e não trazendo à su-

perfície aspectos qualitativos ou sociais.

Trata-se, no Balanço Social, de revelar um importante grupo de relações que influem nos fatos patrimoniais e que são as ‘ambientais’, tal como prega a teoria ‘lopesista’ das funções sistemáticas. A informação tem valor quando inserida em seu ambiente de geração. É axiomático: os fenômenos contábeis são resultado do complexo de interações ou relações lógicas dos diversos entes patrimoniais e o macro ambiente.

Os investimentos em recursos humanos são destinações do valor adicionado e a produção intelectual correspondente, componente do valor adicionado. A transparência na evidenciação de informações de RH auxilia na formação do real valor agregado pela força de trabalho, independente da natureza do empreendimento analisado.

Quais as evidências materiais da contribuição setorial para o resultado global da empresa? Lacunas que des-

tacam a necessidade de alinhamento entre a Ciência Contábil e toda a organização e que, por certo, trazem impactos diferenciados à política de investimentos da empresa. Afinal, estamos em uma fase de nossa vida profissional em que o paradigma mecanicista cede lugar ao holístico, com forte influência na rotina das relações no ambiente laboral, como defendem as idéias doutrinárias do neopatrimonialismo .

Conhecimento

Nossas Demonstrações padecem de dados que sirvam de esteio à construção de informações acerca da extensão, forma, expressão e origem dos problemas organizacionais. Conheci-

mento é produto de investigação. Difere da informação posto que aquele consiste em uma expressão logicamente ordenada e organizada do pensamento.

A informação alimenta a geração de conhecimento e este tem a propriedade de multiplicação, posto que é auto-reprodutível, fluido, difundível e portanto renovador. A informação viaja a uma velocidade apreciável graças ao conhecimento aplicado, quadro que tem motivado uma mudança de perfil do usuário da informação contábil e do próprio contador. Cresce a exigência da sociedade por ‘feedbacks’ sociais e concomitantemente aumenta a nossa responsabilidade profissional em retratar com fidedignidade essa realidade, antes não vislumbrada por nossos demonstrativos.

Yumara Lúcia Vasconcelos (yumara@ssa.zaz.com.br) é contadora, professora universitária, membro da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas e do Grupo de Estudos Científicos Neopatrimonialistas presidido pelo Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá

Anúncio Exactus

Sescons renovam diretórias

Um total de 15 Sescons realizarou, até o final do ano, eleições para renovação de diretoria, conselho fiscal e delegados federativos. Em três bases de representação (Rio de Janeiro, Paraná e Blumenau), os presidentes foram reconduzidos ao cargo. Várias solenidades de posse já estão programadas. Abaixo, apresentamos a relação completa dos quadros administrativos dos sindicatos, incluindo datas de eleição e posse e período de mandato.



Ceará

Eleição: 6 de dezembro de 2000

Posse: (data não definida)

Mandato: 2001 / 2003



Diretoria

Efetivos

Presidente	Urubatam Augusto Ribeiro
Vice - Presidente	Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Melo
Diretor Administrativo	Francisco Ossian Bezerra
Diretor Financeiro	Roberto Moreira Feliciano
Diretor de Rel. Trabalhistas	Olavo Brasil Magalhães
Diretor de Eventos	Carlos Augusto Carvalho Mapurunga

Suplentes

Francisco Erivan Carvalho Feitosa
Arijo Deodato Lima
Judith Evangelista da Silva
Luciano Peixoto Guedes
Luis Ricardo de Sales Menezes
Robercivaldo Portela de Sousa

Conselho Fiscal

Efetivos

Robinson Passos de Castro e Silva
Aloísio Ximenes Alves
Adriano Rodrigues Farias

Suplentes

Jorge Martins de Lima
Pedro Veeck Neto
Carlos Edson Mapurunga

Delegado Federativo

Efetivo

Urubatam Augusto Ribeiro

Suplente

Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Melo

Caxias do Sul

Eleição: 9 de novembro de 2000

Posse: (data não definida)

Mandato: 2001 / 2003



Diretoria

Efetivos

Presidente	Moacir Carbonera
Vice-presidente	Pedro Clenio P. de Freitas
Secretário	Celestino Loro
Tesoureiro	Gilberto Pereira
Diretores de Eventos	Raimundo Nora Neto
.....	Pedro José Viezzer
Diretor de Relações do Trabalho	Ermanni de Napoli Velho
Diretor de Relações Empresariais ..	José Carlos Cenci

Suplentes

Nadir Tonus
João Carlos Lautert
Magda R. Wormann Franken

Conselho Fiscal

Efetivos

Nadmir Colbachini II
Gilberto Bristot
Domingos Rech Sobrinho

Suplentes

Agostinho Cagliari
Celestino Fernando Veturazzi
Sergio Jesuino Rodrigues

Delegados Federativos

Titulares

Moacir Carbonera
Flavio Jair Zanchin

Suplentes

Renato Francisco Toigo
Moacir Corso

Conselho Consultivo

Flavio Jair Zanchin
Renato Francisco Toigo
Moacir Corso

Nestor Dal Corno
Mario Antonio Dal Pai

Ponta Grossa

Eleição: 11 de outubro de 2000
Posse: (data não definida)
Mandato: 2001 / 2003



Diretoria

Efetivos

Diretor Presidente Luiz Fernando Saffraider
Diretor Vice-presidente Jaime Luís Krum
Diretor Secretário Hernani José Logstadt
Diretor Tesoureiro Gerson Teodoro Intima
Diretor da Contabilidade Marcus Sérgio Lacerda
Diretor de Relações Públicas Aguinaldo Mocelin
Diretor para Assuntos Sindicais José Romeu Mudrey
Diretor para As. Empresariais Amauri Justus
Diretor para As. Emp. da Contab. .. Antonio Sérgio Ramos

Suplentes

Rafael Serrato
Ivanir Rossi
João Carlos de Oliveira
Antonio Amilton Massaneiro
Angelo Ronchi Neto

Paraná

Eleição: 10 de novembro de 2000
Posse: 1º de janeiro de 2001
Mandato: 2001 / 2003



Diretoria

Efetivos

Presidente: Valdir Pietrobon
1º Vice-presidente Antonio Carlos Dóro
2º Vice-presidente Aloir Tadeu Marchesine
Diretor-secretário Geral Eliana Abrahão Raad
Diretor de Adm. e Finanças Juarez Tadeu Morona
Diretor de Adm. e Finanças Adj. . Samir Fouani
Diretor de Relações Sindicais Paulo Roberto Gaertner
Diretor de Evento Edson Régis Oliveira
Diretor Jurídico Expedito Barbosa Martins
Diretor de Relações com Interior ... Augusto José Sperotto

Suplentes

Irineu Zanuzzo Mauro Cesar Kalinke
Manoel Pereira Góes

Conselho Fiscal

Titulares

Antonio Eurides da Rocha
João Luiz Costa
José Reinaldo Vieira

Suplentes

Antonio Oliveira
Maurício Fernando Cunha Smijtink
Minoru Kozima

Delegado Federativo

Titular

Valdir Pietrobon

Suplente

Expedito Barbosa Martins

Grande Florianópolis

Eleição: 17 de novembro de 2000
Posse: 10 de Janeiro de 2001
Mandato: 2001 / 2003



Diretoria

Efetivos

Presidente Walter Teófilo Cruz
Vice-Presidente Maurício Melo
Diretor Administrativo Paulo Roberto Hazan
Diretor Adjunto Aloísio Dos Santos
Diretor Financeiro Augusto Marquart Neto
Diretor Adjunto Edson Luiz Tholl
Diretor de Cultura, Esporte e Lazer José Gaidzinsk Pereira
Diretor Adjunto Sérgio Farias
Diretora de Publicidade e Eventos Marlene Mattos
Diretor Adjunto Adilson Cordeiro
Diretor para Assuntos Técnicos ... Gil Moraes
Diretor Adjunto Sylmo A. da Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Emilia E. Uda
Zenor Cabral
Helena Sens

Suplentes

Marcelo V. Souto
Marcelo Marques
Paulo Stanlhofer



Sergipe

Eleições: 30 de novembro de 2000
Posse: (data não definida)
Mandato: 2001 / 2003

Diretoria

Efetivos

Presidente Wladimir Alves Torres
Vice-presidente Susana S. S. Nascimento
Tesoureiro Elizete de Jesus Santana

Suplentes

Sônia M. M. Delmondes Freitas
Gleide Selma Santos
Ana Lúcia Sales

Conselho Fiscal

Efetivos

Presidente José Cincinato V. Melo
Conselheiro Carlos Henrique Menezes
Conselheiro Valdemir Alves de Oliveira

Suplentes

José Abdon Piedade Ralin
Marcos Moreira Santos
Moacir Mota

Delegados Federativos

Efetivos

Wladimir Alves Torres
Susana S. S. Nascimento

Suplentes

Ana Lúcia Sales
Elizete de Jesus Santana

São Paulo

Eleição: 16 de novembro de 2000
Posse: 02 de janeiro de 2001
Mandato: 2001/2003



Diretoria

Efetivos

Presidente Carlos José de Lima Castro
Vice-presidente José Maria Chapina Alcazar
Vice-presidente Adm. Reinaldo Franco
Vice-presidente Financeiro Osias Chasin
Diretor Administrativo Humberto Sérgio Batella
Diretor Financeiro Sérgio Approbato Machado Júnior
Diretor Social Fábio Oliveira Filho

Suplentes

Edmur Clóvis Granato Arthur Verna
José de Faria Granja Adalmo Coutinho
Elza Nice Ribeiro Moreira Manoel de Oliveira Maia
Marco Antonio de Oliveira Rego

Conselho Fiscal

Efetivos

João Deméo
João Gondim Sobrinho
Tikara Tanaami

Suplentes

Iracélia Perez
Adauto César de Castro
Antonio Jonas

Delegados Federativos

Efetivos

Carlos José de Lima Castro
Aparecida Terezinha Falcão

Suplentes

Annibal de Freitas
Hatiro Shimomoto

Londrina

Eleição: 24 de novembro
Posse: 1º de dezembro
Mandato: 2001 a 2003



Diretoria

Efetivos

Presidente Paulo Bento
1º Vice-presidente Paulo César Caetano de Souza
2º Vice-presidente Marcelo Odetto Esquiane
1º Tesoureiro Paulo Roberto M. Tristão
2º Tesoureiro Moinzés Apa. Alves Ribeiro
3º Tesoureiro João Martins de Souza Filho
1º Secretária Neuza Aparecida Manfrin
2º Secretário Wilian Apa. Gimenez
3º Secretario Edivaldo Silva Vieira
1º Diretor Social Nivaldo Santos Lopes
2º Diretor Social Gervasio Portasio Olivato



Bahia

Eleição: 21 de novembro de 2000
Posse: 14 de dezembro de 2000
Mandato: dez./2000 a dez./2003



Diretoria

Efetivos

Presidente Fernando César Passos Lopo
Vice-presidente Marcus Vinicius Passos de Oliveira
Secretário André Luiz Lago Martinez
Tesoureiro Dorywillians Botelho de Azevedo

Suplentes

João Delsuc Marmori
Jesuino de Souza Oliveira
Miguel Angelo Nery Boaventura
Amarílio Raimundo de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Ailton Luz da Hora
Fernando Antonio do Amaral
Marina Barbosa Bernedo Ansola

Suplentes

José Carlos Alves Silveira
Edevaldo Budóia
Mizael Amaro Pinto Neto

Delegados Federativos

Efetivos

Fernando César Passos Lopo
André Luiz Lago Martinez

Suplentes

Hélio Barreto Jorge
Ailton Luz da Hora

* Nos Sescons de Santa Catarina e do Pará, as eleições acontecem respectivamente nos dia 15 e 29 de dezembro

* Os Sescons de Blumenau e Rio de Janeiro realizaram suas eleições respectivamente nos dias 8 de agosto (posse no dia

Suplentes

Francisco de Assis Simões
Romeu Barreto
Jair Carlos da Silva
José Roberto Mailan

Suplentes

Orlando Pacheco
Antônio de Almeida Rodrigues
Gil Clementino de Lima
Roberto Nogueira Venâncio

Delegados Federativos

Efetivos

Paulo Bento
Osmar Tavares de Jesus

Suplentes

Paulo César Caetano de Souza
Marcelo Odetto Esquiane

Conselho Fiscal

Efetivos

Altair José Mastelari
José Aparecido de Abreu
Ildefonso Silva de Oliveira
Rute Líbanio
Ildo Ioris
Alcides Ancioto
João Antônio Alves Batista

Suplentes

Tereza Aparecida Zaparoli
Celys Flora de Azevedo Marques
Rosemira Guerreira Pinto
Rosemara de Oliveira Santos
Gines Cortez Ponce
Jaime Junior Silva Cardoso
José Ancioto Neto

26 de setembro) e 13 de julho (posse no dia 04 de outubro). Ambas mantiveram os presidentes Carlos Roberto Victorino (Blumenau) e José Augusto de Carvalho (Rio), a frente do sindicatos pelos próximos três anos. As diretorias foram divulgadas na Revista Fenacon, edições 55 e 56.

Distrito Federal

Eleições: 10 de novembro de 2000
Posse: automática 1º de janeiro de 2001
Mandato: 2001/2003



Diretoria Executiva

- Presidente
Elizer Soares de Paula
- Vice-presidente
Paulo César Terra
- Diretor Administrativo
Antônio Sabino Sobrinho
- Diretora Financeira
Simone da Costa Fernandes
- Diretor Social
José Teixeira Rezende

Diretores

Efetivos

Lúcia de Fátima R. Confessor
Dourival Campos Rocha
Waldemar Walter de A. e S. Filho
Valter Batista Campos
Marcos Rogério de Lima Pinto

Conselho Deliberativo

Efetivos

Horizon Donizett Faria de Almeida
Francisco Lúcio
João Alfredo Eduão Ferreira
Aleixo Vieira Gomes
José Alves do Monte

Conselho Fiscal

Efetivos

Daniel Grapeggia
Ricardo Gomide Castanheira
Antonio da Luz Coelho

Delegado Federativo

Elizer Soares de Paula

Delegados Regionais

Ceilândia: Miguel Ângelo Martins Lara
Gama: Jeová Medeiros
Núcleo Bandeirante: Cláudir Sonza
Sobradinho/Planaltina
Taguatinga: Pedro Ribeiro Barbosa

Espírito Santo

Eleição: 21 de novembro de 2000
Posse: automática no dia 2 de janeiro
Mandato: 2001/2003



Diretoria

Efetivos

- Diretor Presidente
Luiz Carlos de Amorim
- Diretor Secretário
Jacinto Soella Ferrighetto
- Diretor Técnico-científico
Rider Rodrigues Pontes
- Diretora de Ação Social
Carla Cristina Tasso
- Diretora de Ética e Profissão
Leonor P. R. Zamprogno
- Diretor Vice-Presidente
Thereza Luzia Nader
- Diretor Tesoureiro
Itamar Silva
- Diretora de Pesq. e Inform.
Dolores F. M. Zamperlini
- Diretor Cultural e Recreativo
Walter Alves Noronha
- Diretor Relações Intersindicais
Sebastião C. do Prado

Suplentes

Moacyr Edson de Angelo
José Alvair Coradini
Luzimar de Souza Pagotto
Walter Batista Casotti
Marcel Biancardi
Tânia Regina Gobbette Marques

Humberto de Oliveira Rosa
Helmuth Weiland Schmidt
Evaldo Bortolini
José Nilo Carneiro
Adiuso Rocha Coelho

Conselho Fiscal

Efetivo

Benedito dos Santos Silva
Cláudio Vieira Siqueira Junior
José Borges de Oliveira Filho

Suplente

Antonio Juliano da Silva
João Valdir Stelzer
Antonio Nacif Nicolau

Anúncio Alterdata

CATEGORIAS ECONÔMICAS REPRESENTADAS PELOS SESCONS



Os Sescons, devidamente congregados pela Fenacon, representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sescons são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(Organizados ou não sob forma de pessoa jurídica)

01. Empresa de Contabilidade
 02. Escritórios Físco-Contábeis-Autônomos
 03. Empresas de Auditoria
 04. Escritórios de Auditoria - Autônomos
 05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil
- ## II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência
06. Escritórios de assessoria e consultoria contábil - autônomos
 07. De assessoria de importação e exportação aduaneira
 08. De assessoria de marketing e merchandising
 09. De assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
 10. De assessoria e planejamento fiscal contábil
 11. De assessoria na área de crédito
 12. De assessoria e assistência técnica rural
 13. De assessoria da previdência privada
 14. De assistência automobilística
 15. De assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
 16. De assistência e projetos de cozinhas
 17. De assistência e projetos agropecuários
 18. De assistência e projetos de urbanização
 19. De assistência e projetos de viabilidade técnica econômica
 20. De assistência e projetos de topografia, aerolevamento e aerofotografia
 21. De assistência e projetos de reflorestamento
 22. De assistência e projetos de prospecção geofísica
 23. De assistência e projetos na área de Telecomunicações
 24. De assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
 25. De assistência técnica de aparelhos e equipamentos
 26. De assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

27. De avaliações de empresas
28. De avaliações patrimoniais
29. De engenharia de avaliações
30. De avaliações e regularização de avarias marítimas
31. De perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
32. De controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

33. De consultoria empresarial
34. De consultoria na área de informática
35. De consultoria técnica e imobiliária
36. De consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

37. De administração de crédito
38. De administração de convênios

39. De administração de vale transporte

40. De administração de vale-refeições (através de tíquete)
41. De administração empresarial
42. De administração de cartão de crédito

VII - empresas e escritórios de organização e coordenação

43. De organização de eventos
44. De exposições e feiras
45. De organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
46. De organização e promoção de vendas de contatos de assistência técnica
47. De promoção de vendas de mala direta
48. De organização e promoção de congressos e eventos

VIII - empresas e escritórios de serviços

49. De serviços de vigilância e segurança
50. De transporte, guarda e segurança de valores
51. De serviços de cópias e photocópias
52. De serviços de documentação e microfilmagem
53. De serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
54. De serviços de consertos em geral
55. De serviços de cobrança extrajudicial
56. De recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

57. Clubes de proteção ao crédito
58. Clube de diretores lojistas
59. Associações comerciais, industriais e de serviços
60. Câmaras de Indústria, comércio e serviços
61. Associação de criadores rurais e ruralistas
62. Sociedades cívicas e militares
63. Clubes de ser viços
64. Centrais e abastecimento
65. Centrais de produtores rurais
66. Companhias de desenvolvimento
67. Bolsa de valores e mercadorias
68. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)

X - Agências de informações e pesquisa

69. Agências de informações e pesquisa
70. Agências de colocação de fretes (centrais de frete)
71. Agências de coloc. de mão-de-obra (inc. temporários.)
72. Agências de marcas e patentes
73. Agências de recursos humanos

XI - Holding societária e fundos mútuos

74. De participações societárias
75. De administração patrimonial (exc.bens imóveis)
76. De administração de ações e quotas
77. De administração de bens e negócios
78. De administração de fundos mútuos e de previdência privada

EM BASAMENTO LEGAL DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (Art. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

No exercício de 2.001, o recolhimento da contribuição sindical patronal, devida aos SESCON'S pelos empregadores sediados em suas respectivas bases territoriais de representação, deverá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2.001, ou no dia útil imediatamente anterior se feriado regional.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Tal recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

O cálculo da contribuição sindical dos empregadores deve observar a tabela abaixo, editada pela Confederação Nacional do Comércio em conformidade com o artigo 21 da Lei 8.178, de 1º de março de 1991, artigo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e Resolução CNC-SICOMÉRCIO nº 011/97:

Linha		Classe de Capital Social (em R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Adicionar
01	De	0,01 a R\$ 4.960,50	Contr. Mínima	R\$ 39,68
02	De	4.960,51 a R\$ 9.921,00	0,8%	-
03	De	9.921,01 a R\$ 99.210,00	0,2%	R\$ 59,53
04	De	99.210,01 a R\$ 9.921.000,00	0,1%	R\$ 158,74
05	De	9.921.000,01 a R\$ 52.912.000,00	0,02%	R\$ 8.095,54
06	De	52.912.000,01 em diante	Contr. Máxima	R\$ 18.677,94

As firmas ou empresas e as entidades ou instituições cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 4.960,50, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 39,68, de acordo com o disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei nº 7.047 de 01 de dezembro de 1982);

As firmas ou empresas com capital social superior a R\$ 52.912.000,00, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 18.677,94, na forma do disposto no § 3º do art. 580 da CLT da CLT (alterado pela Lei nº 7.047 de 01 de dezembro de 1982).

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 – CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos abaixo os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada SESCON.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração. Em caso de mora, são ainda devidos juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT). Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7.565 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL – SESCON'S

Cada Sescon tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sescon já vêm previamente preenchida com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá fazê-lo respeitando os seguintes códigos de área, conforme quadro no canto inferior direito desta página.

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SESCON'S

A relação apresentada na página 20 resume basicamente a representatividade dos SESCON'S.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no SESCON com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos Sindicais dos Sescon's

AC	002-365-00000-7	MG	002-365-04937-5
AL	002-365-89638-8	PA	002-365-90145-4
AM	002-365-00000-7	PB	002-365-00000-7
AP	002-365-00000-7	PR	002-365-88248-4
Apucarana	002-365-00000-7	PE	002-365-05023-3
BA	002-365-00000-7	P.Grossa	002-365-00000-7
Blumenau	002-365-89502-0	PI	002-365-00000-7
Caxias do Sul	002-365-87490-2	RJ	002-365-86767-1
CE	002-365-88157-7	RN	002-365-00000-7
DF	002-365-04303-2	RO	002-365-00000-7
ES	002-365-04904-9	RR	002-365-04959-6
GO	002-365-05474-3	SC	002-365-02808-4
G.Florianópolis	002-365-88511-4	SP	002-365-86257-2
Londrina	002-365-90169-1	SE	002-365-04999-5
MA	002-365-90023-7	Sul Fluminense	002-365-05022-5
MS	002-365-00000-7	TO	002-365-00000-7
MT	002-365-86025-1		

OBS: Os Estados do AC, AM, AP e MS estão em organização e devem utilizar o código da Fenacon - 002-365-00000-7

Anúncio Caixa Econômica



Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

E-mail : fenacon@fenacon.org.br

SESCON/ Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol -
57050-080 - Maceió/AL
Tel. (82) 336.3692/ 6038 - Fax (82) 336.2210
sesconal@matrixt.com.br

SESCON/ Apucarana

Pres.: Alicindo Morete
Av. Curitiba, 559 - Barra Funda
86800-000 - Apucarana - PR
Tel. (43) 422-7908 / 422-3913

SESCON/ Bahia

Pres.: José Roservaldo Evangelista Rios
Praça Onze de Dezembro, 5 - sl 127 - Calçada -
40410.360 - Salvador/BA
Tel. (71) 312.0262 - Fax (71) 313.9467-9666
sesconba@terra.com.br

SESCON/ Blumenau

Pres.: Carlos Roberto Vitorino
R.15 de novembro, 550 - 10º and - Sl 1009
89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (47) 326.0236 - 322.8372
sesconblumenau@flynet.com.br

SESCON/ Caxias do Sul

Pres.: Flávio Jair Zanchin
R. Itálo Victor Bersani, 1134 - Jd. América- 95050-
520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825
sescon@cic-caxias.com.br

SESCON/ Ceará

Pres.: Cleodon de Brito Saraiva
Av. Washington Soares, 1.400 - 3º andar - sl. 401 -
Bairro Edson Queiroz - 60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.(85) 273.2255/273.4341/3086.1143
Fax: (85) 273.5083
sesconce@secret.com.br
<http://www.sescon-ce.com.br>

SESCON/ Distrito Federal

Pres.: Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64 - Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (61) 226.2456 - 226.1248 - 226.1269
sescondf@tba.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>

SESCON/ Espírito Santo

Pres.: Haroldo Santos Filho
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara - 29042-
010 - Vitória/ES
Tel. (27) 223.4936. Fax:(27) 223.3547
sescon@sescon-es.org.br
<http://www.sescon-es.org.br>

SESCON/ Goiás

Pres.: Antonino Ferreira Neves
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 -
Centro - 7410-010 - Goiânia/GO
Telefax (62) 212.4477
sescngo@international.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescngo>

SESCON/ Grande Florianópolis

Pres.: Antonio José Papior
R. Araújo Figueiredo, 119 - sl. 402 -
88010-520 - Florianópolis/SC
Tel. (48) 222.1409 - Fax: (48) 222.0226/ 0888
sesconfloripa@ondstar.com.br
<http://www.sesconfloripa.org.br>

SESCON/ Londrina

Pres.: Osmar Tavares de Jesus
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja Ed.
Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (43) 329.3473
planotec@sercomtel.com.br

SESCON/ Maranhão

Pres.: Carlos Augusto Gaspar de Souza Jr
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 -
Retorno do Calhau - 65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (98) 246-9153
sescon-ma@elo.com.br
<http://www.elo.com.br/sescon>

SESCON/ Mato Grosso do Sul

Pres.: Odácio Pereira Moreira
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681
79071- 030 - Campo Grande - MS
Telefax: (67) 787-6094/ 787-5489
sesconms@terra.com.br

SESCON/ Mato Grosso

Pres.: Elynor Rey Parrado
R. São Benedito, 851 - 1º andar
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (65) 623-1603 / Fax. 321-4831
sescon-mt@inter-fox.com.br

SESCON/ Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida
Av.Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax (31) 273.7353
sescon@sescon-mg.com.br

SESCON/ Pará

Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação -
66063-260 - Belém/PA
Tel. (91) 259.2894
Fax (91) 249.9768
sesconpa@nautilus.com.br

SESCON/ Paraíba

Pres.: Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
Rua Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703
58013-030 - João Pessoa/PB
Telefax (83) 241.6930
sesconpb@terra.com.br

SECAP/ Paraná

Pres.: Valdir Pietrobon
R.Marechal Deodoro, 500 -11º andar - Ed. Império
80010-911- Curitiba/PR
Telefax. (41) 222.8183
sescap@milenio.com.br
<http://www.milenio.com.br/sescap>

SESCON/ Pernambuco

Pres.: Geraldo de Paula Batista Filho
R. General Joaquim Inácio, 465 - sl.101 -
50070.270 - Recife/PE
Tel. (81) 423.6121/6954
Fax. (81) 423.8505
sesconpe@truenet.com.br
<http://www.brasilnet2000.com.br/sesconpe>

SESCON/ Piauí

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra
64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (86) 222.6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br

SESCON/ Ponta Grossa

Pres.: Luiz Valdir Slompo de Lara
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar
84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040
sesconpg@convoy.com.br

SESCON/ Rio de Janeiro

Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 -
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (21) 233.8868 - Telefax - (21) 233.8899
sesconrj@domain.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sesconrj>

SESCON/ Rio Grande do Norte

Pres.: Rui Cadete
R. Princesa Izabel, 762 - Cidade Alta
59025-400 - Natal/RN
Telefax. (84) 221.5529 - 1102
ruicadete@digi.com.br

SIECONT/ Rondônia

Pres.: Antonio Sivaldo Canhin
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro
São Cristovão - 78902-450 - Porto Velho/RO
Tel. (69) 224.4842 - Fax: (69) 224.6625
siecon@portovelho.br
<http://www.canhin.com.br>

SESCON/ Roraima

Pres.: Maria de Fátima Bezerra da Silva
Av.Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo -
69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (95) 224.5259
fatima@technet.com.br

SESCON/ Santa Catarina

Pres.: Roberto Wuthstrack
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (47) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
<http://www.sesconsc.org.br>

SESCON/ São Paulo

Pres.: AparecidaTerezinha Falcão
R. Formosa, 367 - 23º andar
01049-000 - São Paulo/SP
Tel. (11) 220.5077- Fax (11) 223.3785
sesconsp@sescon.org.br
<http://www.sescon.org.br>

SESCON/ Sergipe

Pres.: Jodoval Luiz dos Santos
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro -
49010-450 - Aracaju/SE
Tel (79) 214.0722 - Fax (79) 213.7058
sesconse@infonet.com.br
<http://www.infonet.com.br/~sesconse>

SESCON/ Sul Fluminense

Pres. William de Paiva Motta
R. Orozimbo Ribeiro, 14 - sl. 201 - Centro -
27330-420 - Barra Mansa/RJ
Tel. (24) 323.1755 - Telefax. (24) 323.8318
sesconsul@uol.com.br

SESCON/ Tocantins

Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
ACSE-II - Lote 1/10 - cj 4 - Sl 280
77654.970 - Palmas/TÓ
Telefax (63) 225.5751
audicon@zaz.com.br

Anúncio Prosoft